

A Sagrada Escritura e os Padres da Igreja

Sacred Scripture and the Fathers of the Church

JÚLIO CESAR ROCHA DOS SANTOS*

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em mostrar o estreito vínculo existente entre os escritores dos primeiros séculos da fé cristã com a Sagrada Escritura. De fato, expressaram por ela uma reverência a tal ponto elevada, que chegaram ocasionalmente a identificá-la com o próprio Senhor. Possuíam-na mesmo impressa na memória. Por isso, é possível claramente perceber como, a partir dela, os Padres se alimentaram espiritualmente da Palavra de Deus, fizeram progredir a Teologia e agiram em sua prática pastoral. No presente estudo recorda-se igualmente a importante “Instrução sobre o Estudo dos Padres da Igreja na Formação Sacerdotal”, publicada em 10 de novembro de 1989, cujas afirmações iluminam o tema em questão. O artigo é enriquecido por valiosos trechos extraídos das obras dos Padres, que recordam a sua relevância para a vida da Igreja ainda hoje.

Palavras-chave: Sagrada Escritura. Padres da Igreja. Instrução *Inspectis Dierum*.

Abstract: This article aims to establish the close relationship that exists between the sriptors from the early centuries of the Christian faith and the Sacred Scripture. Indeed, they expressed for it a so great reverence, that sometimes they identified it with the Lord Himself. They even had it imprinted in their memory. Therefore, it is clearly possible to see how, from it, the Fathers nourished themselves spiritually from the Word of God, made progress in Theology, and acted in their pastoral practice. The present study also recalls the important “Instruction on the Study of the Fathers of the Church in Priestly Formation,” published on November 10, 1989, whose statements illuminate the theme in question. The article is enriched by valuable passages extracted from the works of the Fathers, which recall their relevance to the life of the Church today.

Keywords: Sacred Scripture. Fathers of the Church. *Inspectis Dierum* Instruction.

* Pe. Júlio Cesar Rocha dos Santos é doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e professor do Instituto Superior de Teologia da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro (ISTARJ). E-mail: pejuliocesar@gmail.com

Introdução

Dentre os mais conhecidos escritos do Egrégio Doutor da Igreja do Ocidente, S. Jerônimo, se encontra o seu Comentário ao Livro de Isaías: obra monumental, que lhe rendeu a produção de dezoito volumes, ditados entre os anos 408 e 410 em Belém, na Terra Santa, e dedicados aos irmãos Eustóquia – virgem consagrada – e Panmáquio, bem como à sua já falecida mãe, Paula (†404), que integrava o grupo de nobres romanas que se reuniam sobre o monte Aventino, em Roma, sob a guia espiritual de Jerônimo e do qual recebera a promessa de lhe comentar o livro do profeta Isaías. Todavia, o autor só pôde cumprir seu voto após a morte de Paula. O texto citado logo em seguida é extraído do Prólogo dessa obra e ilustra, a meu juízo, um belo exemplo do amor e da reverência para com a Palavra escrita de Deus, que constituíam características comuns presentes nesses primeiros escritores da fé cristã. Assim, dirigindo-se a Eustóquia, afirma Jerônimo:

(...) a ti (...) e através de ti (...) pago o que devo, obediente aos preceitos de Cristo que assevera: *Perscrutai as Escrituras* (Jo 5,39), e: *buscai e achareis* (Mt 7,7), para não ter que ouvir com os judeus: *Errais por desconhecer as Escrituras e a força de Deus* (Mt 22,29). Com efeito, se, segundo o apóstolo Paulo, Cristo é a força de Deus e sabedoria de Deus (1Cor 1,24), e quem desconhece as Escrituras desconhece a força de Deus e sua sabedoria, a ignorância das Escrituras é ignorância de Cristo (HIER., *prol. com. Is: PL 24,17*).

Portanto, na concepção de Jerônimo, e em acordo com o pensamento geral dos Padres, o fato de alguém se debruçar sobre o estudo da Sagrada Escritura consistia em um dever de amor a Deus e de fidelidade ao seu ofício, quer como leigo, quer como ministro ordenado, já que nela se encontra plasmada, ainda que em meio a obscuridades, a face de Cristo. Por isso, é tarefa dos cristãos zelosos se empenharem no estudo das Escrituras sem qualquer indolência. De fato, afirma no livro oitavo do mesmo Comentário:

Se esta interpretação te parece longa, ó virgem de Cristo Eustóquia, não a imputes a mim, mas à dificuldade da Escritura Santa, e principalmente ao profeta Isaías, o qual está de tal modo envolto por tantas obscuridades, que, pela grandiosidade da coisa em si, eu julgue uma breve explanação, aquela que por si é longa. Certamente nós escrevemos a zelosos, e aos ávidos por conhecer a Santa Escritura, e

não a pessoas que se cansam e que se enjoam em cada pormenor (HIER., *com Es VIII*, 327-328: PL 24,289).

Contemporâneo seu, S. Agostinho resumirá a mesma ideia de identificação entre a Palavra e a Pessoa de Cristo, em seu Comentário ao Salmo 18 B, quando, ao citar o versículo 8 desse Salmo, que diz: “*A lei do Senhor é imaculada, converte as almas*”, ele assim completa: “a lei do Senhor é ele mesmo (...)” (AUGUSTINUS, *en. Ps. 18/1*, 8: PL 36,155)¹.

Mas, e quanto àquelas “dificuldades” ou “obscuridades” às quais se referia Jerônimo? Por que elas existem nas Sagradas Letras? Segundo o que afirmam muitos Padres da Igreja, há nas Escrituras uma espécie de “provação”, intencionada pelo próprio Deus, que consiste em esconder sob a letra da Lei – particularmente em algumas passagens ou livros bíblicos – ensinamentos mais profundos e largos a que o cristão se dedicará com denodo e esmero em descobrir, fazendo-o como um ato de verdadeira ascese.

De fato, ainda dois séculos antes de S. Jerônimo, S. Justino aludiu a esse mesmo esforço, que é requerido a quem ama as Escrituras. Ele o menciona em sua obra, *o Diálogo com Trifão*, na qual afirma:

Tu sabes, como vós mesmos concordastes, que tudo o que os profetas disseram e fizeram foi envolvido em comparações e símbolos, de modo que a maior parte das coisas não pode ser facilmente entendida por todos, pois eles ocultaram a verdade que existe nesses símbolos, a fim de que aqueles que a buscam a encontrem e aprendam com esforço (JUSTINO, *dial. 90*: PG 6,689).

Um pouco mais tarde, Orígenes – com cujo pensamento Jerônimo entrou em controvérsia a partir de certa ocasião de sua vida – fala a respeito do caráter da *ὠφέλεια*, i.e, a utilidade de cada texto da Escritura, por ser toda ela, Antigo e Novo Testamento, Revelação de Cristo. Nas palavras do Professor Manlio Simonetti – eminente patrólogo nosso contemporâneo – ao falar desse importante Escritor Eclesiástico do século III, “Cristo mesmo, enquanto Logos, é Palavra de Deus, e nesse sentido, não é arbitrário afirmar que para Orígenes, Cristo e a Escritura se identificam” (SIMONETTI, 2000, p. 424).

Desse modo, segundo o pensamento de Orígenes, o Espírito Santo teria

¹ A sequência numérica dos Salmos é o da Septuaginta.

escondido, por detrás das passagens obscuras da Escritura, o seu sentido próprio e verdadeiro, ou seja, aquele espiritual com que de fato quisera se revelar, com o intuito de suscitar nos cristãos mais interessados pelo estudo da Palavra o empenho promissor para o seu progresso espiritual². Essa noção influenciou de tal modo a sua espiritualidade, a ponto de Orígenes fazer depender o progresso e a concentração de alguém sobre as coisas divinas a partir de sua dedicação ao estudo ininterrupto da Sagrada Escritura, aplicando-se sobre ela cotidianamente. Em sua décima Homilia sobre o livro do Gênesis, assim diz Orígenes:

Jesus é 'o pão da vida' e alimenta as almas que têm fome; porém Ele declara ter Ele mesmo fome, quando diz: 'Tive fome, e me destes de comer'; igualmente, Ele é 'a água viva', e dá de beber a todos aqueles que têm sede; porém, Ele mesmo diz à Samaritana: 'Dai-me de beber'. Assim também é a palavra profética: ela desaltera aqueles que têm sede, contudo diz que é ela quem se dessedenta junto deles, quando ela é objeto dos exercícios e das atenções vigilantes de (cristãos) zelosos. Portanto, esta tal alma, que faz tudo pacientemente, que é tão dedicada e que se apoia sobre um tão grande ensinamento, que se habituou a haurir das profundezas as coisas que fluem da ciência, essa alma pode se unir às núpcias de Cristo. Portanto, a não ser que tu venhas cotidianamente aos poços, a não ser que cotidianamente bebas as águas, não somente não poderás dessedentar a outros, mas sofrerás tu mesmo também de sede da Palavra de Deus (Cf. Am 8,11). Escuta também o Senhor que diz nos Evangelhos: 'quem tem sede, venha e beba'. (...) Eu vos peço, a vós que sois assíduos em vir a este lugar onde se escuta a palavra, tende paciência, enquanto nós admoestamos um pouco os negligentes e os preguiçosos (ORIGÈNE, *hom. Gn X,3: SChr 7bis, 262; 264*).

Notem como para esse autor alexandrino o estudo zeloso e cheio de empenho da Palavra de Deus é fonte tanto de união maior com Cristo quanto de liberdade sobre o vício da preguiça. Ao contrário, a sua omissão ensejará o esvaziamento espiritual e a incapacidade de saciar os anseios interiores de quem vier ao encontro da Palavra.

Em suma: todos esses breves exemplos, com os quais desejei introduzir o argumento desse artigo, me parecem bem servirem como uma espécie de parâmetro de compreensão para o comportamento desses primeiros escritores

² Cf. COCCHINI, 2006, p. 26-27. Cf. também ORÍGENES, princ. IV, 2,7.

cristãos extrabíblicos dos primeiros séculos, no que tange à Sagrada Escritura. Em outras palavras, a reverência que devotaram à Sagrada Escritura, por verem entre ela e o Senhor Jesus um vínculo sumamente estreito, motivou neles o dever de torná-la sempre mais acessível, sempre mais compreensível, seja para os fiéis, seja antes de tudo para si mesmos. Leram-na e meditaram-na em fiel sintonia com a Regra da Fé professada na Igreja. A consequência não tardou a se revelar, no surgimento de uma vastíssima Literatura que perpassa da Exegese à Homilética, da Moral à Ascética e Mística, atingindo a Dogmática, a Liturgia, a História da Igreja, a Apologética e a Escatologia, em suma, todos os âmbitos da reflexão teológica.

Como é de fato impossível falar de todos esses âmbitos, preferi eleger apenas alguns deles, de sorte a destacar o uso da Sagrada Escritura pelos Padres como fonte: 1º. de sua Espiritualidade; 2º. de sua Teologia; 3º. de sua Pastoral. Além disso, é preciso ainda que se diga que a presente exposição vem limitada não somente no que tange aos parâmetros do tema – ou seja, a íntima relação entre a Sagrada Escritura e os Padres da Igreja – bem como quanto à extensão dos autores dos primeiros séculos aqui considerados, devido à abrangência do assunto e ao extenso rol de escritores elencados dentro do denominado período Patrístico.

Passo então ao primeiro âmbito.

1. A Sagrada Escritura como Fonte de Espiritualidade para os Padres

Nesse primeiro tópico, procurarei considerar a Sagrada Escritura enquanto fonte da vida espiritual – ou, como era simplesmente denominada nos primeiros séculos do Cristianismo, “vida cristã e evangélica”³ – nesses primeiros escritores e Patriarcas de nossa fé. Para isso, gostaria de trazer à memória, antes de tudo, um valioso – e talvez um pouco esquecido – documento publicado pela Sé Apostólica há alguns anos, mas, a meu ver, ainda muito útil e atual para uma justa compreensão do papel da obra dos Padres na Teologia. Refiro-me à “Instrução sobre o Estudo dos Padres da Igreja na Formação Sacerdotal”, ou, simplesmente com seu título em latim, *Inspectis*

³ “A noção de espiritualidade é moderna e não se encontra tal e qual junto aos antigos. Esses preferiam falar de teologia espiritual, de ascese e mística ou, simplesmente, de vida cristã e evangélica” (HAMMAN; GRAPPONE, 2008, col. 5106).

*Dierum*⁴, publicada pela Congregação para a Educação Católica em 10 de novembro de 1989. Chama a nossa atenção, no capítulo que se intitula “Por que estudar os Padres?”, a seguinte afirmação:

A Sagrada Escritura era para os Padres objeto de incondicionada veneração, argumento constante da pregação, alimento da piedade, alma da teologia. Afirmaram sempre a sua origem divina, a inerrância, a normatividade, a riqueza de valor inexaurível, mediante a espiritualidade e doutrina. (...) Eles consideram-se não patrões mas servidores das Sagradas Escrituras (...) (ID 26;28).

Penso que um fato ocorrido no século IV e referente à vida S. Ambrósio, grande bispo de Milão e também um dos responsáveis no processo de conversão de S. Agostinho, sirva bem para ilustrar o que esse documento acaba de afirmar. Ambrósio, orador e funcionário público do Império, fez carreira e chegou a alcançar, por volta de 370, o posto de *Consularis Liguriae et Aemilia*, i.e, um legado do Imperador e, portanto, governador consular da província da Emília-Ligúria, cuja capital era Milão. Tinha na ocasião apenas trinta anos de idade. Segundo seu secretário e biógrafo Paulino de Milão⁵, Ambrósio foi elevado à condição de bispo daquela sede em uma circunstância bastante inusitada: face à morte do bispo ariano Auxêncio, os partidos teológicos da cidade – um, de tendência ariana, outro, de tendência nicena – deflagraram um grave conflito, sem que se chegasse a um consenso para a escolha do sucessor. Responsável pela paz na capital de sua região, Ambrósio acorreu à catedral a fim de apaziguar os ânimos exaltados, onde, inesperadamente, foi aclamado pelos presentes como novo bispo da região, ao som dos gritos “Ambrósio bispo!” apesar das suas relutâncias. Ele era então apenas um catecúmeno.

A atitude de Ambrósio a partir daquele momento foi justamente a de um aplicado estudioso da Palavra de Deus. Acerca disso, ele próprio testemunha, no início do seu *De Officiis Ministrorum* (“Sobre os deveres dos Ministros”), ao dizer:

⁴ Abreviada a partir de agora com a sigla ID (*Inspectis Dierum*), por motivo de praticidade.

⁵ Paulino de Milão (século IV) foi o primeiro biógrafo de S. Ambrósio, que, a pedido de S. Agostinho, escreveu a *Vita Sancti Ambrosii*, provavelmente em 422 (cf. notícia do Quasten e do *Nuovo Dizionario Patristico e di Antichità Cristiane*).

Eu não reivindico para mim a glória dos Apóstolos. Pois quem pode isto, senão aqueles a quem o próprio Filho de Deus elege? Não escolho adquirir a graça dos profetas, a virtude dos evangelistas, a circunspeção dos pastores, mas somente a aplicação e a diligência (*intentionem et diligentiam*) acerca das Escrituras divinas, que o Apóstolo pôs como o primeiro entre os deveres dos santos, e eu possa aprender esta mesma como pelo zelo de ensinar (*studio docendi*). De fato, um só é o verdadeiro Mestre, Aquele único que não aprendeu aquilo que ensinava a todos: pois os homens aprendem primeiro aquilo que ensinam, e recebem daquilo que a outros transmitem. É o que não acontece comigo mesmo. Pois arrebatado dos tribunais e das insígnias da administração ao sacerdócio, comecei a vos ensinar, aquilo que eu mesmo não aprendi. E assim ocorreu que antes comecei a ensinar, que a aprender. Pois eu devia ao mesmo tempo aprender e ensinar; porque não houve tempo para aprender antes (AMBROSIUS, *de off. min.* I,1,3-4: PL 16, 24-25).

Note-se como cedo Ambrósio compreendeu aplicar a sua disciplina, antes empregada para o governo secular, em favor da causa de Cristo. E, em primeiro lugar, elegeu empenhar-se no aprofundamento da Palavra de Deus, enquanto fonte essencial não apenas do cumprimento de seu novo dever, que consistia em ensiná-la; mas igualmente de seu progresso pessoal, enquanto mestra para a sua edificação cristã, aprendendo-a.

A mesma atitude teve o seu futuro discípulo na fé, S. Agostinho. Eleito repentinamente para o presbiterato durante a sua estadia em Hipona, aonde havia ido a fim de visitar um certo funcionário público que prometera abandonar as paixões e atrativos seculares se ouvisse a Palavra de Deus dos próprios lábios dele, Agostinho, em prantos, solicitou a Valério, bispo da cidade, que lhe concedesse, antes da Ordenação Presbiteral, um breve período de tempo para rezar, ler a Palavra e penitenciar-se de seus pecados. E acrescenta:

E existem talvez algumas coisas, ou antes, não deve haver dúvidas de que existem nos Livros Santos conselhos consignados, com os quais, uma vez conhecidos e apreendidos, o homem de Deus pode administrar mais ordenadamente os compromissos eclesiásticos, ou certamente viver entre as mãos de iníquos com consciência mais sã, ou morrer, para não perder aquela vida, à qual suspiram somente os corações humildes e mansos. E como pode se realizar isso, senão, como diz o Senhor, *pedindo, buscando, batendo* (Mt 7,7s; Lc 11,9s.); isto é, orando, lendo, chorando? A esse escopo desejei impetrar para mim, por meio de alguns irmãos, de tua sinceríssima e venerável caridade, um breve período de

tempo, como até à Páscoa, e agora por essas preces desejo (AUGUSTINUS, *ep.* 21,4: CSEL 34/1,52).

Agostinho, reconhecido já por suas qualidades e virtudes, pretendia simplesmente, depois de sua conversão e Batismo, viver em comunidade com seus amigos, e ali rezar e refletir a Palavra, para a salvação de sua alma. Não se sentia ainda apto a isso para si mesmo, quando se viu subtraído a assumir o ministério ordenado. “Aprendido, fui feito presbítero, e por esse grau cheguei ao episcopado”, afirma em seu sermão 355 (AUGUSTINUS, s. 355,2: SPM 1,124-125). E, naquela mesma carta a Valério, acrescenta Agostinho:

E se (o Senhor) fez isso não por condenação mas por misericórdia (...), devo acuradamente buscar todos os remédios contidos nas suas Escrituras, e rezando e lendo fazer modo de obter para a minha alma um estado de saúde adequado a incumbências tão perigosas (...). De fato fui ordenado justamente quando pensava de empregar o tempo livre para conhecer as divinas Escrituras e queria regular as minhas coisas de modo a ter liberdade de me dedicar a esse trabalho (AUGUSTINUS, *ep.* 21,3: CSEL 34/1,51).

Muitos outros exemplos poderiam ser acrescentados aqui ainda, a respeito da espiritualidade escriturística dos Padres. Bastaria inclusive, nesse sentido, dizer que a familiaridade dos Padres com as Escrituras era tal que, como informa Jean Gribomont, “ao quanto parece, (eles) a sabiam de memória” (GRIBOMONT, 2008, v. 3, col. 4796).

2. A Sagrada Escritura como Fonte de Teologia para os Padres

As Sagradas Letras foram igualmente fonte de discernimento para os Padres para a fundamentação dos mais variados temas do pensamento cristão, de modo a construírem os rudimentos da especulação racional sobre o dado revelado. É a isso que normalmente se denomina de Teologia Genética. Lidas em perfeita sintonia com a Tradição da Igreja e em harmonia com o *sensus Ecclesiae*, as Escrituras foram para os Padres um verdadeiro sustentáculo para o patrimônio da fé a ser crida. Algumas afirmações da supracitada Instrução *Inspectis Dierum* apontam justamente para isso. Assim, esse documento assevera que:

1. “(...) a Sagrada Escritura, que deve ser a ‘alma da teologia’ e ‘seu fundamento perene’, constitui uma unidade inseparável da Sagrada Tradição (...). E são precisamente ‘as afirmações dos Santos Padres’ que ‘testemunham a presença vivificadora desta Tradição (...)’” (ID 14).

2. “Aquela exegese, na qual a vida espiritual se funde com a reflexão teológica racional, mira sempre ao essencial embora na fidelidade a todo o sagrado depósito da fé” (ID 27).

3. “A primeira coisa que impressiona na sua teologia é o sentido vivo da transcendência da Verdade divina contida na Revelação. (...) eles dão prova duma grande humildade diante do mistério de Deus, contido nas Sagradas Escrituras, das quais eles, na sua modéstia, preferem ser simples comentaristas, atentos a não lhe acrescentar nada que possa alterar a sua autenticidade” (ID 38).

4. “O serviço da patrística à dogmática consiste em delinear e determinar o trabalho de mediação da revelação de Deus realizado pelos Padres na Igreja e no mundo do seu tempo” (ID 52).

No fundo, todas essas afirmações demonstram que, se por um lado, os Padres ensinaram o princípio do progresso do Dogma, interpretando e aplicando a mesma Palavra divina aos fatos circunstanciais de seu tempo, também, por outro lado, o fizeram com tamanha retidão e espírito de fé, que não se pode deixar de louvar neles sua total sintonia com a Igreja, bem como a consciência do seu dever de pastores da grei. Para além disso, é muito significativo perceber como hauriram das Escrituras soluções teológicas em consonância com o depósito da fé, como aquelas que, à guisa de ilustração, são apresentadas em seguida.

Assim é que, na obra denominada “Contra Noeto”, Hipólito⁶ contesta a doutrina heterodoxa do Patripassianismo a partir das mesmas passagens escriturísticas empregadas por um certo Noeto (século II), de modo a, sem negar a Unidade da Essência do Ser Divino, afirmar a presença, junto de Deus, de um Outro, também Ele, da mesma Essência do Pai. Como se sabe, Noeto negava a distinção real do Pai e do Filho no Mistério Ontológico da Trindade, e mais tarde foi seguido pelas correntes isabelinas que incluíram também, nesse

⁶ Hipólito oriental (170ca – 235ca), distinto do homônimo mártir romano? Cf. o artigo de M. SIMONETTI em: DI BERARDINO, A. (dir.), 2007 aggiornata e aumentata, col. 2584-2599 (mais especificamente, nesse artigo, se veja o que é dito na col. 2588).

pensamento, a Pessoa do Espírito Santo. Assim Noeto, a fim de afirmar a Unidade Divina, dizia que o Filho era apenas um modo distinto de manifestação do Pai, de forma que Aquele que experimentara a *passio* sobre o Calvário não era senão o mesmo *Pater*, transmutado na forma de Filho (daí o nome “Patripassianismo”). Para isso, recorria a passagens como a de Jo 10,30, em que Cristo diz: “Eu e o Pai somos um”, lendo-a como se Jesus tivesse dito: “Eu e o Pai somos uma mesma Pessoa”. Pois bem: em uma dedução magistral, na linha do argumento de tipo *ad hominem*, e fiel ao patrimônio da fé da Igreja, Hipólito parte do mesmo texto de Jo 10,30⁷, mas o considera a partir do plural do verbo: se o Logos e o Pai não se distinguissem absolutamente em nada, o Senhor teria dito “eu e o Pai sou uma coisa só” (ἐγὼ καὶ ὁ Πατήρ ἓν εἶμι). Entretanto, o Senhor não disse ἓν εἶμι (“uma coisa só”), mas disse ἓν ἐσμεν (“eu e o Pai SOMOS um”). E, portanto, se Ele disse “somos” (ἐσμεν), com o verbo no plural, é porque se distingue individualmente do seu Pai, ainda que mantido o “UM” (ἓν) substancial (Cf. PRINZIVALLI; SIMONETTI, 2012, p. 72-73). O Logos é, portanto, por um lado, Deus mesmo, e, por outro lado, um “Outro” (um ἕτερος) junto do Pai. A despeito de qualquer crítica à exegese desse versículo, o fato é que Hipólito, como os demais Padres, passavam sem dificuldades do texto bíblico ao dogma, já que não concebiam qualquer hiato entre as duas fontes da Revelação, ou seja, entre o que as Escrituras revelaram e o que a Igreja professa.

Outra solução teológica versada a partir das Escrituras foi aquela deduzida pelo santo Bispo de Hipona, numa segunda fase de sua reflexão a respeito do tema da graça divina. De fato, foi apoiado sobre o texto de 1Cor 4,7 que S. Agostinho afirmou ser o *initium fidei* também obra de Deus. Isso significa que, sem um impulso divino, o ser humano não se predisporia a crer. E o motivo consiste justamente na afirmação do Apóstolo naquela passagem que diz: “que é que possuíis, que não tendes recebido?”. Portanto, na concepção do Doutor da Graça, ainda que Deus preceitue ao homem a necessidade de crer para se salvar (“se creres, serás salvo” – Rm 10,9), Ele não deixa de conceder a esse homem a condição sobrenatural que o torne apto a cumprir seu mandado. Agostinho segue assim, com coerência, o célebre princípio, repetido em seus escritos e que tanto conflito produziu em sua longa disputa com Pelágio, em que afirma: “concede o que ordenas, e ordena

⁷ “Eu e o Pai somos um” (ἐγὼ καὶ ὁ Πατήρ ἓν ἐσμεν).

o que quiseres”⁸. Todavia, tal princípio advém justamente da reflexão agostiniana sobre as Sagradas Letras, em particular sobre os Salmos e a Oração Dominical, para os quais, sem o auxílio do alto, o ser humano não teria nem a força de vontade para cumprir o que Deus o ordena e muito menos teria amor para agir segundo os Mandamentos divinos. É nesse mesmo sentido – só que agora referido à fé e sempre com base nas Escrituras – que Agostinho afirma no *De Praedestinatione Sanctorum*: “Os que têm fé rogam para que lhes aumente a fé, rogam pelos que não creem, para que lhes seja concedida a fé. Portanto, tanto em seu crescimento como em seu princípio, a fé é dom de Deus”⁹.

Passando ao campo da Cristologia, bastaria exemplificar com a questão da dupla vontade do Filho de Deus encarnado, sustentada – inclusive sob a terrível tortura da mutilação da mão direita e da língua – por S. Máximo Monge, o Confessor¹⁰. Novamente aqui, é uma cena bíblica, aquela da Paixão do Senhor no Horto das Oliveiras, a que serve de fundamento para a conclusão da existência de duas vontades em Cristo, por motivo da integridade de ambas as naturezas – a divina e a humana – no Logos encarnado. Nesse sentido, assim escreveu em certa ocasião S. Máximo:

É impossível afirmar em Cristo uma só vontade. O nome ‘Cristo’ é indicativo não de uma natureza, mas de uma hipóstase composta. Isto é, todo Cristo é Senhor Deus Onipotente, e possui também em si a carne que portou, sem divisão e sem confusão, por nós e pela nossa salvação, carne passível e não onipotente (...). De fato, Cristo é um só – como dissemos antes –, possuindo uma e outra propriedades por natureza. De fato, quando diz: ‘Não como eu quero, mas como tu queres’ (Mt 26,39), isso nada mais demonstra senão que ele havia verdadeiramente revestido uma carne que temia a morte. De fato a esta pertence o temer a morte, o subtrair-se, o ser turbado (SIMONETTI, 2003, p. 523).

⁸ *Da quod iubet, et iube quod vis*: AUGUSTINUS, *don. persev.* XX,53 (PL 45,1026); *conf.* X,37,60 (PL 32,804). Expressão semelhante aparece no mesmo Livro X das Confissões, quando diz: “donde é evidente, meu santo Deus, que Tu dás a graça, quando se faz aquilo que Tu ordenas fazer” (*unde apparet, sancte Deus meus, te dare, cum fit quod imperas fieri*): AGOSTINHO, *conf.* X,31,45 (PL 32,798).

⁹ O texto latino diz: *...rogant credentes, ut sibi augeatur fides; rogant pro non credentibus, ut eis donetur fides: et in suis igitur incrementis, et in suis initiis Dei donum est fides.*: AGOSTINHO, *pred. sanct.* 11,22 (PL 44,976). coleção “Patrística”, v. 13, p. 177).

¹⁰*ca. 580, Constantinopla? – †662, Lazica, Mar Negro.

O autor distingue portanto, a partir da cena da Agonia, uma clara vontade humana em Cristo, à qual repugna o sofrimento e a morte, mas a simultânea e imediata submissão à sua vontade divina, da qual Ele é possuidor sem princípio desde toda a eternidade, em virtude de sua Divina Hipóstase. Assim, outra vez, vêm as Escrituras iluminar a conclusão dogmática.

Sobre a Escritura como fonte de Teologia para os Padres, penso já ser, no momento, suficiente. Passo agora ao último âmbito desta exposição.

3. A Sagrada Escritura como Fonte de Pastoral para os Padres

Os Padres da Igreja foram, acima de tudo, pastores que comentaram a Sagrada Escritura com o fito de dar resposta aos apelos pastorais de seu tempo. Não foram, portanto, meros intelectuais teóricos das Sagradas Letras já que seu empenho consistia em encontrar nelas o fundamento para trazer solução aos diversos questionamentos que, no exercício apostólico, se lhes apresentavam.

Nesse sentido, assim afirma a Instrução *Inspectis Dierum*:

Uma outra razão do fascínio e do interesse das obras dos Padres, é que elas são nitidamente pastorais: isto é, escritas com finalidades pastorais. Os seus escritos são ou catequeses e homilias ou refutações de heresias, ou respostas a consultas, ou exortações espirituais ou manuais destinados à instrução dos fiéis. Daqui se vê como os Padres se sentiam empenhados nos problemas pastorais do seu tempo (ID 45).

Dentre as diversas modalidades de escritos aqui elencados, é particularmente nas suas Homilias e nos seus Comentários que se pode notar claramente o quanto se serviram das Escrituras para a atividade pastoral. Trata-se de uma incontável quantidade de escritos sobre as suas páginas mais diversas, ora com uma linguagem mais aprofundada e demorada – no caso dos Comentários – ora mais simples e compacta – no caso das Homilias. Sendo pessoas dotadas de uma elevada coragem, não se omitiram ao apontarem os pecados de quem quer que fosse, com o intuito de provocá-los à penitência e à correção dos costumes. A partir das Escrituras, chegaram mesmo a construir toda uma doutrina social cristã, o que só muito mais tarde receberia o nome de Doutrina Social da Igreja.

A título de ilustração a respeito disso, cito a Homilia 6, denominada o *De Avaritia* de S. Basílio Magno, um dos três Padres Capadócijs, a respeito do texto de Lc 12,16-21 sobre o vício da avareza, publicada graças a Deus há pouco

tempo em português¹¹. Como é de conhecimento de todos, nesse trecho bíblico, o Senhor conta a parábola acerca de um agricultor rico, cuja propriedade lhe havia aquinhado uma abundante colheita. O texto se inicia com a decisão do agricultor, que diz: “derrubarei os meus celeiros, e edificarei outros maiores”. A Homilia é um significativo exemplo da sensibilidade pastoral dos Padres diante da sociedade do seu tempo que, no caso em tela, sofria pela cupidez de alguns poucos, em detrimento de uma maioria de pobres famílias de camponeses, entregues à miséria, à fome, e até mesmo à necessidade de terem de vender seus filhos como escravos nos mercados a fim de amenizarem seu terrível sofrimento, conquanto trabalhassem arduamente nos campos. Vale a pena citar um belo trecho dela extraído, que bem plastifica a indiferença ambiciosa do avaro em face ao sofrimento do pobre:

A bela cor do ouro te alegra extremamente, mas não pensas quantos e quais gemidos do indigente te acompanham. Como poderei pôr sob teus olhos os sofrimentos dos pobres? Eles, olhando ao redor, veem que não há ouro nem haverá jamais: os utensílios e as vestes, que costumam ser os bens dos pobres, são todos de valor insignificante. Que fará? Olha para os filhos e decide conduzi-los ao mercado para se livrar da morte. Imagina tu o conflito entre a miséria da fome e o sentimento paterno: a fome ameaça de morte deplorável, a natureza, ao invés, o induz a morrer juntamente com os filhos. Mais vezes se decide, mais vezes desiste: finalmente sucumbe oprimido pela necessidade e pela inelutável penúria. (...) Finalmente ele parte, chorando lágrimas quentes, para vender seu filho mais querido. A dor não te comove e não levas em consideração a sua natureza. A fome mantém prisioneiro o infeliz e tu contemporizas e te divertes com a situação, agravando desse modo a dilaceração. Tu não só não sentes paralisar a mão ao aceitar o preço de tal infortúnio, mas ainda regateias sobre o preço; e disputas como, recebendo muito, poderias dar ainda menos, agravando ainda mais a desgraça do infeliz. Suas lágrimas não te comovem, seu gemido não amolece teu coração, ao contrário, permaneces inflexível e implacável. Em tudo e por tudo, só vês ouro: imaginas o ouro; dormindo, sonhas com ouro; desperto, o cobiças (BASILIUS MAGNUS, *homilia 6 de avaritia* 4: PG 31, 267; 270).

Desse modo, partindo das Escrituras, Basílio admoesta os ricos *possesores*, proprietários de terras e grandes produtores de grãos da sociedade de sua

¹¹ O texto original pode ser encontrado na p. 31, 261-278. Está publicada atualmente em: BASÍLIO DE CESARÉIA. *Homilia sobre Lucas 12. Homilias sobre a origem do homem. Tratado sobre o Espírito Santo*. Patrística, v. 14. S. Paulo: Paulus, 2005.

época, a se sensibilizarem perante a aflição dos colonos, os *servi terrae*, reduzidos naquela ocasião a uma *afflicta paupertas* – conforme a expressão empregada pelo autor do *De Rebus Bellicis*¹² – pelas mudanças econômicas ocorridas no Império a partir do século IV. Concorrência com a existência de tantos outros colonos, diminuição exacerbada de seus salários, convocação ao serviço militar por períodos muito longos (de 20 a 25 anos), taxas etc tornavam o trabalho do colono livre quase sem nenhuma rentabilidade. Para agravar ainda mais a situação, Basílio nos dá notícia de uma longa estiagem que flagelou toda a Capadócia entre os anos 368 e 369¹³. Alguns poucos anos mais tarde, S. Agostinho também se encontrará em embates dessa natureza, ao ter de denunciar o repudiante comércio da venda de crianças e adultos aos *mangones* – i.e, comerciantes de escravos – no norte da África, ou mesmo o seu rapto, com o fim de escravizá-los, em virtude da situação de extrema miséria de muitos colonos. Agostinho informa o empenho, e mesmo o sucesso da Igreja, em alguns casos, em conseguir resgatar pessoas desse miserável cativo (*ex illa miserabili captivitate*)¹⁴. Não se nota, porém, nesses textos, nenhum influxo ideológico, nenhuma incitação à revolta, mas simplesmente uma ousada provocação à conversão dos que se locupletavam com o pecado da injustiça, inspirada nas Santas Escrituras.

Muitas outras obras de cunho pastoral surgiram da mente dos Padres, frutos do seu trato íntimo e reverente para com as Sagradas Escrituras, e de cuja utilidade seremos sempre devedores. O que pensar, particularmente no caso dos ministros consagrados, da *Regula Pastoralis* de S. Gregório Magno? O que dizer das tantas Catequeses Batismais ainda hoje inspiradoras para a Iniciação Cristã de Adultos? O que falar dos Apoftegmas dos Padres do Deserto, coletâneas

¹² Afirma Santo Mazzarino: “(...) um escritor do quarto século, o autor do *de rebus bellicis*, diz que ‘a emissão (*largitio*) de moeda de ouro, tornada abundante (*profusa*) na época de Constantino, fez do ouro, não já do cobre, a moeda do comércio comum (*aurum pro aere vilibus commerciis adsignavit*); e atribui a essa nova economia as rebeliões da ‘oprimida pobreza’ (*afflicta paupertas*) a qual até então fundamentava a sua vida econômica sobre o vil *follis* e sobre o *denarius* de cobre esbranquiçado (...)” (MAZZARINO, 1973, v. 3, p. 669).

¹³Cf. BASILIUS MAGNUS, ep. 27 (PL 32,303); ep. 31 (PL 32,314-315). Fato citado também em Basílio de Cesaréia (2005, p. 22).

¹⁴“Em verdade, eu mesmo, quando estava entre aqueles que haviam sido libertados daquele miserável cativo por meio da nossa Igreja, perguntei a uma menina como havia sido vendida aos mercadores (‘mangones’), e ela me disse ter sido raptada da casa de seus pais” (*Verum ego ipse cum inter illos, cum ex illa miserabili captivitate per nostram ecclesiam liberarentur, a quadam puella quaererem quomodo fuerit mangonibus vendita, raptam se dixit fuisse de domo parentum suorum*): AUGUSTINUS, ep. 10*,3 (CSEL 88,47- *Epistulae* ‘Divjak’).

riquíssimas de exortações aplicáveis à edificação moral e espiritual do Povo de Deus? Tudo isso, produto de quem viveu das Escrituras, de quem se alimentou das Escrituras, de quem humildemente as venerou.

Conclusão

Cada vez mais, a Igreja tem reconhecido a importância de se estudar e conhecer com profundidade esses que são definidos como os autores dos primeiros escritos cristãos, bem como dos primeiros rudimentos do pensamento teológico. Por isso, afirma a Instrução *Inspectis Dierum* – tantas vezes citada ao longo desse artigo – que seus escritos são, com justiça, considerados “de valor permanente e, portanto, válidos também para a Igreja de hoje. Trata-se dum alicerce posto uma vez por todas, ao qual todas as teologias posteriores devem fazer referência e, quando necessário, regressar” (ID 36).

Especificamente, no que tange às Sagradas Letras, os Padres ocupam um papel de tal relevância, que a Igreja considera infalível o seu consenso unânime, quando este disser respeito à interpretação das Escrituras. É o que se denomina *o unanimes consensus patrum*¹⁵. De fato, se se considera somente esse tema sobre a Sagrada Escritura e os Padres, se teria ainda muito mais a dizer. Preferi enquadrá-lo dentro dos tópicos Espiritualidade, Teologia e Pastoral, por julgá-los mais adequados ao propósito a que me propus nesse estudo.

Quanto à Espiritualidade, os Padres possuíam a indubitável convicção de que as Escrituras eram de tal modo a expressão da vontade de Deus para a sua santificação, que lhes foram obedientes, como se o próprio Deus lhes falasse face a face através das letras dos Hagiógrafos. De fato, para eles, “a autoridade da Bíblia era um fato indiscutível”¹⁶. Como no caso de um S. Antão, ao ouvir o Evangelho do jovem rico, ou de um S. Agostinho, na voz infantil do *tolle, lege*, para todos os Padres da Igreja as Sagradas Letras foram sempre critério para se tomar decisões na via da santidade.

¹⁵ “(...) ninguém ouse interpretar a mesma Sagrada Escritura (...) contra o consenso unânime dos Padres (...)” (“...nemo...contra unanimes consensum Patrum ipsam Scripturam sacram interpretari audeat (...)”): CONCÍLIO DE TRENTO: DH 1507; “(...) a ninguém é lícito interpretar a mesma Escritura sagrada (...) contra o consenso unânime dos Padres.” (“...nemini licere (...) contra unanimes consensum Patrum ipsam Scripturam sacram interpretari.”): CONCÍLIO VATICANO I: DH 3007.

¹⁶ J. GRIBOMONT. *Scrittura (Sacra)*. In: A. DI BERARDINO (dir.). *Nuovo Dizionario Patristico e di Antichità Cristiane*, Genova-Milano, v. 3: Marietti, 2008, col. 4794.

Quanto à Teologia, as Escrituras foram sua fonte e parâmetro, ao serem lidas, estudadas e interpretadas em consonância com a *Regula Fidei* e a *Traditio Ecclesiae*. Fazer Teologia era, para os Santos Padres, mais que um dever de ofício: era um dever moral. O motivo que o sustentava consistia no ato de se cumprir a ordem do Senhor: “Perscrutai as Escrituras” (Jo 5,39).

Quanto à Pastoral, elas também foram seu fundamento para o *reddere rationem*: a) em face aos apelos de fieis e de pastores sedentos de direcionamento; b) em face a pensamentos heterodoxos, desvinculantes do liame essencial *Sacra Scriptura-Sacra Traditio*; c) diante de situações da esfera social, que requisitavam o prudente juízo dos pastores.

Em conclusão a tudo o que disse, acrescento em seguida um texto que me parece uma recomendação bastante oportuna de S. Gregório Magno, extraído da Segunda Parte da sua *Regula Pastoralis*. Embora dirigido originalmente aos pastores da Igreja, considero-o igualmente útil para todo fiel cristão. Ele diz:

Mas tudo isso que foi dito até aqui é de fato colocado em prática pelo pastor se, inspirado do alto pelo Espírito do temor e do amor, ele meditar diligentemente a cada dia os ensinamentos da Palavra divina, a fim de que as palavras da admoestação divina restaurem nele a força da solícitude para com a vida celestial de providencial circunspeção, que se destrói pelo frequente trato com as pessoas. E aquele que é levado pela vida secular à caducidade da vida, se renove sempre pelo amor da pátria espiritual, pela aspiração da compunção. De fato, o coração desliza demais em meio às palavras humanas; e quando detecta que a agitação, em razão dos tumultos externos das ocupações, corrompe a si mesmo, (o pastor) deve estudar incessantemente, a fim de ressurgir pelo zelo do ensino. Por isso, Paulo admoesta o discípulo que está à frente do rebanho, dizendo: *enquanto chego, dedica-te à leitura*. E Davi exclama: *quanto eu amei a tua Lei, Senhor; todo o dia eu a meditei*¹⁷.

¹⁷ “Sed omne hoc rite a rectore agitur, si supernae formidinis et dilectionis spiritu afflatus, studiosè quotidie sacri eloquii praecepta meditetur; ut in eo vim sollicitudinis, et erga coelestem vitam providae circumspectionis, quam humanae conversationis usus indesinenter destruit, divinae admonitionis verba restaurent; et qui ad vetustatem vitae per societatem saecularium ducitur, ad amorem semper spiritalis patriae compunctionis aspiratione renovetur. Valde namque inter humana verba cor defluit; cumque indubitanter constet quod externis occupationum tumultibus impulsus a semetipso corruat, studere incessabiliter debet, ut per eruditionis studium resurgat. Hinc est enim quod praelatum gregi discipulum Paulus admonet, dicens: Dum venio attende lectioni (1 Tm 4,13). Hinc David ait: Quomodo dilexi legem tuam, Domine, tota die meditatio mea est (Sl 118,97).: GREGÓRIO MAGNO, r. past. II,11 (PL 77,48). Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=pozYAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 6 fev. 2017.

Sirva essa recomendação do *Dei consul* (Cf. DI BERARDINO, 1996, p. 155) para o incremento da fé cristã dos discípulos do Senhor da Messe.

Referências

Fontes

AMBROSIUS. *De Officiis Ministrorum Libri Tres* (PL 16, 23-184).

AUGUSTINUS. *Epistula 21* (CCL 31,48-51).

_____. *Enarrationes in Psalmos 18/1* (PL 36,154-157).

_____. *Epistula 10** (CSEL 88,46-51).

BASÍLIO DE CESARÉIA. *Homilia sobre Lucas 12. Homílias sobre a origem do homem. Tratado sobre o Espírito Santo*. Patrística, v. 14. S. Paulo: Paulus, 2005.

BASILIIUS MAGNUS. *De Avaritia* (PG 31,261-278).

_____. *Epistolae* (PG 32,219-1112).

BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *Instrução sobre o estudo dos Padres da Igreja na formação sacerdotal*. Roma: Tipografia Poliglota Vaticana, 1989.

DENZINGER, H.; HÜNERMANN, P. H. *El Magisterio de la Iglesia*. Enchiridion Symbolorum Definitionum et Declarationum de Rebus Fidei et Morum. Barcelona: Herder, 2000.

GREGÓRIO MAGNO, *r. past.* (PL 77,13-128). Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=pozYAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 6 fev 2017.

JUSTINO DE ROMA. *I e II Apologias*. Diálogo com Trifão. Patrística, v. 3. S. Paulo: Paulus, 1995.

JUSTINUS. *Dialoguscum Tryphone Judaeo* (PG 6,471-800).

ORIGÈNE. *Homélie sur la Genèse*. Sources Chrétiennes, v. 7bis. Paris: Cerf, 2003.

ORÍGENES. *Tratado sobre os Princípios*. Patrística, v. 30. S. Paulo: Paulus, 2012.

SAN JERÓNIMO. *Comentario a Isaías*. BAC, v. 667. Madrid: La Editorial Católica, 2007.

SANTO AGOSTINHO. *A Graça (II)*. Patrística, v. 13. S. Paulo: Paulus, 2002.

_____. *Comentário aos Salmos* (Enarrationes in psalmos) Salmos 1-50. Patrística, v. 9,1. S. Paulo: Paulus, 1997.

SANT'AGOSTINO. *Le Lettere*. Supplemento (1* – 29*). NBA, v. XXIII/A. Roma: Città Nuova, 1992.

Estudos

COCCHINI, F. *Origene*. Teologo esegeta per una identità cristiana. Bologna: Dehoniane, 2006.

DI BERARDINO, A. (cur.). *Patrologia. Dal Concilio di Calcedonia (451) a Beda. I Padri Latini*. Genova, v. 4: Marietti, 1996.

GRIBOMONT, J. *Scrittura (Sacra)*. In: DI BERARDINO, A. (dir.): *Nuovo Dizionario Patristico e di Antichità Cristiane*, v. 3. Genova-Milano: Marietti, 2008, col. 4791-4797.

HAMMAN, A.; GRAPPONE, A. *Spiritualità*. In: DI BERARDINO, A. (dir.). *Nuovo Dizionario Patristico e di Antichità Cristiane*, v. 3. Genova-Milano: Marietti, 2008, col. 5106-5111.

HIERONYMUS, *Comentaria in Isaiam prophetam* (PL 24,17-704).

MAZZARINO, S. *L'Impero Romano*. v. 3. Roma-Bari: Laterza, 1973.

PRINZIVALLI, E.; SIMONETTI, M. *La teologia degli antichi cristiani (secoli I-V)*. Brescia: Morcelliana, 2012.

SIMONETTI, M. (a cura di). *Il Cristo*. Testi teologici e spirituali in lingua greca dal IV al VII secolo. Milano, v.II: Arnoldo Mondadori Editore, 2003.

_____. *Scrittura Sacra*. In: CASTAGNO, A. M. (a. c. di). *Origene Dizionario. La cultura, il pensiero, le opere*. Roma: Città Nuova, 2000.

Artigo recebido em 14 de fevereiro de 2017
e aprovado para publicação em 8 de março de 2017

Como citar:

SANTOS, J. C. R. A Sagrada Escritura e os Padres da Igreja. *Coletânea*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 63-80, jan./jun. 2017. ISSN 1677-7883. Disponível em: <www.revistacoletanea.com.br>.